

*A Exploração de Coltan e os Conflitos no Leste da
República Democrática do Congo*
*The Exploitation of Coltan and the Conflicts in the East
of the Democratic Republic of Congo*

Marcelle Christine Bessa de Macedo

Vínculo Institucional: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo:

Este trabalho tem por objetivo apresentar a relação entre a exploração de recurso naturais congolezes e os conflitos na República Democrática do Congo (RDC), tendo por estudo de caso a exploração do coltan. Tal exploração financia os grupos armados da região. O objetivo é entender se o consumo do ocidente ajuda no financiamento destes conflitos, uma vez que os consumidores ocidentais aumentam, cada vez mais, a demanda por aparelhos que utilizam o coltan para a sua fabricação. Este trabalho buscará entender se isso ocorre, além da possível existência de outras causas. Vale ressaltar que os Estados ocidentais não são os únicos beneficiários desta exploração, atores estatais e não-estatais africanos participaram da pilhagem de tais recursos.

A pergunta que norteará este trabalho é: *De que forma atores envolvidos na exploração de minérios no leste da RDC contribuem para os conflitos na região?*

Palavras-chaves:

Coltan, Financiamento de Conflito, República Democrática do Congo.

Abstract:

The objective of this work is to present the relationship between the exploitation of natural resources in Congolese and the conflicts in the Democratic Republic of Congo (DRC). Such exploitation finances the armed groups in the region. The aim is to understand if Western consumption helps in the financing of these conflicts, as Western consumers are increasingly

increasing the demand for appliances that use coltan for their manufacture. This work will try to understand if this occurs, in addition to the possible existence of other causes. It is worth noting that Western states are not the only beneficiaries of this exploitation, African state and non-state actors have participated in the plunder of such resources.

The question that will guide this work is: *How do actors involved in the exploration of ores in the eastern DRC contribute to the conflicts in the region?*

Keywords:

Coltan, Conflict Financing, Democratic Republic of Congo.

1. Introdução

Os recursos naturais congolese foram explorados sem benefício para grande parte de sua população desde a época colonial. No entanto, segundo Turner (2007), há diferenças importantes entre as pilhagens cometidas durante o colonialismo europeu e a época pós-independência. Cabe ressaltar que a dinâmica ocorrida após o fim da Guerra Fria iniciou a pilhagem sistemática de recursos, pois, sem o apoio das superpotências, o governo do então Zaire necessitava de recursos para o financiamento de seus conflitos (LE BILLON, 2005).

Nos conflitos que se iniciaram na década de 1990 os recursos naturais constituíram uma “economia de guerra”, financiando diversos grupos armados, como o próprio exército congolês, além de diversas milícias, sobretudo no leste do país (LE BILLON, 2005; BURNLEY, 2011).

Segundo Alao (2007), a região leste congolese possui vastas reservas de ouro, diamantes e manganês, entre outros minerais valiosos. Nesta região, existem as reservas de coltan, cujo potencial é desconhecido devido à grande existência de comércio ilegal do minério (GEENEN, 2011). O coltan é importante no mercado internacional, principalmente, por ser utilizado em produtos eletrônicos e aparelhos celulares.

Para buscar explicações para os fatos desta pesquisa, o trabalho parte de uma visão pós-colonial e tem como um dos eixos centrais o conceito de globalização¹.

¹ O conceito de globalização que norteia o artigo parte do pensamento de Held (2001), para quem, a globalização consiste em um conjunto de forças que moldam as sociedades e a ordem internacional, além de uma forma de imperialismo ocidental, uma vez que os governos disciplinariam seus cidadãos para que satisfaçam seus requisitos de mercado

² “The notion ‘postcolony’ identifies specifically a given historical trajectory -that of societies recently emerging from

Segundo Mbembe (1992),

“A noção de ‘pós-colônia’ identifica especificamente uma determinada trajetória histórica das sociedades emergentes recentemente a partir da experiência da colonização e a violência que a relação colonial, por excelência, envolve. (...) É um sistema específico de sinais, uma forma particular de fabricação de simulacros ou reformulação de estereótipos” (p. 3).²

Dessa forma, a pós-colônia é formada por instituições que constituem um regime de violência (Mbembe, 1992). Segundo Ayoob (1995), devido ao fim tardio da colonização africana, os Estados do continente encontram-se, ainda, em processo de formação estatal. Tal processo, segundo o autor, é semelhante ao europeu, no entanto, em um período com maior fluxo de informação e coerção internacional, por isso, maior conhecimento dos fatos ocorrido. Apesar desse processo ser o resultado do regime colonial, o fato é mostrado de forma a apresentar uma identidade do continente, como se o mesmo estivesse fadado à violência e barbarismo. Segundo Basaglia (2012) e Abrahamsen (2003), o pós-colonialismo explica a consolidação de tal estereótipo a partir da formação de uma identidade homogênea supostamente africana, construída através da diferenciação entre esta (também conhecida como a do “sul”, das ex-colônias) e o “norte”, ou Ocidente.

the experience of colonization and the violence which the colonial relationship, par excellence, involves (...) It is a specific system of signs, a particular way of fabricating simulacra or re-forming stereotypes”.

De acordo com Ianni (2002), na história moderna, o mundo foi cenário da formação e expansão de mercados. As nações mais poderosas articularam colônias em conformidade com as suas estratégias. Assim como as mercadorias convencionais, as informações são reproduzidas e comercializadas em escala mundial. “As informações, os entretenimentos e as ideias são produzidos, comercializados e consumidos como mercadorias” (p. 16).

Basaglia (2012) afirma que as atuais relações entre antigas metrópole e colônia consistem em neocolonialismo, ou seja, as antigas metrópoles continuam a influenciar os Estados africanos através de canais indiretos. Vale notar que tal controle e opressão afetam a construção da estabilidade em tais Estados. Por isso, é importante o estudo de Abrahamsen (2003) sobre a relação entre poder, discurso e instituições políticas. A autora aponta a importância dessa dinâmica para a RDC, a partir de sua relação hierárquica com o Ocidente, ou seja, participando de forma marginal das dinâmicas internacionais, através do processo de globalização, sobretudo no fornecimento de recursos naturais.

De acordo com Held (2001), o processo de globalização não é uniforme e gera desigualdades, pois parte da população mundial fica excluída de seus benefícios, transformando-se em um processo desagregador e contestado. Bauman (1999) corrobora com as ideias de Held, uma vez que considera a globalização como um fenômeno que seria a redistribuição de riqueza e pobreza, recursos e impotência, entre outros, caracterizando, segundo ele, um novo processo de reestratificação mundial. Para ele, “uma parte integrante dos processos de globalização é a progressiva segregação espacial, a progressiva separação e exclusão” (p. 9).

Dessa forma, a globalização aliada a estruturas pós-coloniais proporcionaram um papel marginal da RDC no cenário internacional, com suas vastas riquezas sendo comercializadas ilegalmente. Esse fato impacta diretamente

a sua população devido à relação da extração desses recursos com os conflitos que ocorrem no país.

2. A formação do Estado do Congo

O Estado Livre do Congo foi criado durante a Conferência de Berlim e foi uma colônia privada, do rei belga Leopoldo II, até 1908. Apesar da retórica humanitária, o Congo foi vítima dos mais brutais imperialismo e exploração. Segundo Silva (2012), a visibilidade das atrocidades cometidas por Leopoldo resultou em pressões internas e externas que tiveram como consequência a perda de sua colônia, que foi vendida pelo rei ao Estado da Bélgica, em 1908. As atrocidades cometidas no Congo ocorreram, em grande medida, devido à extração de seus recursos.

O Congo tornou-se independente em 1960, tendo uma dinâmica de conflitos em sua história. Após a independência houve a secessão de Katanga, no leste, recuperada após intervenção da ONU, em 1963. Houve um golpe de Estado, em 1965, perpetrado por Mobutu, que permaneceu no poder até 1997, quando foi derrubado por uma coalizão de atores regionais - Uganda, Ruanda, Burundi e Angola – durante a Primeira Guerra do Congo, e substituído por Laurent Kabila (VISENTINI, RIBEIRO e PEREIRA, 2013; SILVA, 2012).

Após uma tentativa de golpe contra Kabila, iniciou-se a Segunda Guerra do Congo, que se transformou em um conflito cujo objetivo era o *controle dos recursos congolezes* (TURNER, 2007). O país foi dividido em três partes, sob a influência de Ruanda, Uganda e Congo. Esta divisão ocorreu devido à formação de grupos rebeldes financiados por Ruanda, Uganda e Burundi, apesar do bloqueio regional exercido por Zimbábue, Angola e Namíbia; estes últimos, objetivando a manutenção do governo de Kabila (SILVA, 2012).

3. A exploração dos recursos congolese

A pilhagem dos recursos congolese teve início durante a época colonial, quando Leopoldo pretendia levar o comércio aos povos da região. Os navios que chegavam à Europa, proveniente do Congo, encontravam-se abarrotados de borracha e marfim. Ao regressar, no entanto, as embarcações levavam, apenas, oficiais do exército, armas de fogo e munição (HOCHSCHILD, 1999). O comércio que levaria a tal civilização ao Estado do Congo consistia em borracha, marfim e peles de animais para a Europa em troca de fuzis, munições, cordas, vinho, estampas, crucifixos e contas de vidro. Cabe ressaltar que a produção e comércio de borracha e marfim contavam com o envolvimento de companhias internacionais, que tinham concessão para a exploração de recursos naturais e humanos (LLOSA, 2011).

Primeiro recurso a despertar a cobiça de Leopoldo, a coleta de marfim utilizava práticas de tortura. Mas a exploração de borracha envolveu os abusos mais cruéis. Havia trabalhos compulsórios e cotas de exploração para as aldeias, quando não atingida, os nativos eram punidos com tortura. A exploração colonial dos recursos naturais resultou na morte de cerca de 10 milhões de pessoas por assassinato, fome e exaustão (SILVA, 2012).

Além das cotas de borracha, aldeias deveriam entregar cotas semanais ou quinzenais de mantimentos, que eram utilizados para alimentar os homens que instalavam postes de telégrafo e construíam depósitos, além das guarnições da *Force Publique*, exército de Leopoldo II organizado em 1888, com cerca de 19 mil homens, considerado à época o exército mais poderoso da África Central (LLOSA, 2011).

Durante o período de colonização congolese, o setor industrial belga, que necessitava de matérias-primas e mercado para seus produtos, foi dinamizado pelas reservas de recursos naturais e humanos congolese. A exploração desses recursos congolese em benefício da metrópole impediu o

desenvolvimento, após o período colonial, de sua administração e de seu exército nacional, pois os congolese ocupavam somente as posições hierárquicas mais baixas, não havendo um preparo dos mesmos para gerir o Estado após a retirada dos belgas. Com a falta ou debilidade deste, o financiamento dos conflitos é baseado na venda de recursos naturais, não diferenciando sua condução pelo governo ou pelos senhores da guerra, pois em ambos os casos, não há qualquer benefício para a maior parte da economia nacional (SILVA, 2012).

A ligação entre conflitos e recursos naturais é tão antiga quanto os povoamentos humanos; no entanto, o estudo da relação entre conflitos e recursos naturais só foi ampliado em meados do século XX, quando a lógica puramente militar dos conflitos começou perder força, ampliando a complexidade do conceito e adquirindo uma lógica ambiental e econômica. Alao (2007) aponta, ainda, que, para entender a dinâmica entre conflitos e recursos naturais, a geografia deve ser considerada, pois seus atributos e limitações explicam algumas causas e manifestações conflituosas - no caso da Região dos Grandes Lagos, as vastas reservas de recursos naturais congolese, além destas serem relativamente escassas nos países vizinhos. Outras questões também são importantes ao se abordar tal relação, como a governança sobre os recursos, além do contexto pós-Guerra Fria, no qual, segundo Döpcke (2002), os Estados africanos enfrentaram problemas com financiamento.

As guerras congolese, iniciadas na década de 1990, marcaram o início desta nova exploração que consistiria no neocolonialismo do país africano, envolvendo, principalmente, a exploração de seus recursos naturais, desta vez, com a colaboração de elites nacionais (TURNER, 2007).

Stearns (2011) aponta que, em 1996, o conflito congolês, que transformou-se em uma guerra continental,

teve inspiração ideológica e de segurança³. Quase toda a região se uniu contra Mobutu. Mas em 1998, as alianças estavam diferentes: Ruanda, Uganda e Burundi de um lado; e Angola, Namíbia, Chade e Zimbábue, de outro. Dessa forma, a primeira invasão congoleza estava relacionada com fatores de segurança e geopolítica. Não foi a ganância pelos recursos minerais do país que provocou as incursões, mas o suporte de Mobutu a rebeldes angolanos, ruandeses e ugandenses.

A eclosão de conflitos, entretanto, não ocorre somente devido à presença de recursos naturais na região, outros fatores, como as características do recurso, sua alocação e forma de exploração podem afetar a balança de poder entre os beligerantes. Os recursos não apresentam o mesmo nível de acessibilidade, sendo, em alguns casos, sua exploração mais facilmente controlada por grupos rebeldes. No caso dos recursos ilegais, os grupos rebeldes possuem vantagem em relação aos governos nacionais, devido ao risco destes perderem legitimidade internacional. Além disso, as características dos recursos existentes resultam em conflitos armados diferentes, como: (a) golpe de Estado, quando os rebeldes possuem pouco acesso aos recursos; (b) senhores da guerra, quando os recursos encontram-se distantes dos centros de poder; (c) secessão, geralmente em locais onde os recursos são monopolizados pelo governo central; e (d) tumultos/rebeliões camponesas, locais próximos aos centros de poder envolvem questões étnicas, tendo ainda como dimensão adicional a intervenção estrangeira. Alguns recursos naturais, como diamantes e minérios, são mais facilmente controlados por setores informais (LE BILLON, 2005).

Vale notar que os recursos naturais congolezes financiaram, em grande medida, a campanha de Kabila. Após

obter o controle das províncias de Kasai e Shaba, antigo nome da província de Katanga, em abril de 1997, as *companhias mineradoras internacionais* foram o grande suporte para o financiamento de suas tropas. A expropriação de recursos naturais do país com objetivo de financiamento de esforços de guerra teve início durante a Primeira Guerra do Congo e se tornou uma prática comum. As explorações ocorridas durante este período fizeram parte de uma primeira fase de explorações: a de pilhagens em média escala. A exploração era encorajada por Kabila e pelas tropas da AFDL, através do estabelecimento de negócios nas “zonas liberadas” por tropas estrangeiras. Houve, ainda, suporte de potências ocidentais às partes beligerantes da guerra. Os EUA, que tinham o objetivo de estender influência na África Central, além de apoiarem militarmente a AFDL, exerceram grande influência, bloqueando o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) frente à guerra de agressão. Já a França, tentando manter influência na região a partir do governo de Mobutu, solicitou intervenção humanitária no CSNU, entretanto, com a inevitabilidade da queda de Mobutu, apoiou um governo de transição, resultando em concessões durante o governo de Kabila (SILVA, 2012).

Segundo Silva (2012), após o término do conflito, os rendimentos continuaram tendo como base a concessão de contratos para exploração de recursos naturais, que eram, também, distribuídos entre apoiadores de Kabila, que eram de fundamental importância para construção e manutenção de seu regime. Essa exploração continuava, principalmente, devido à permanência de tropas estrangeiras no leste do país, o que permitia o acesso às riquezas naturais, sobretudo, as minerais.

³ Motivos de intervenções, segundo Döpcke (2002), questões de segurança – Uganda, Burundi, Ruanda, Sudão e Angola – econômicos e pilhagem de recursos – Zimbábue, Ruanda e

Uganda – questões de hegemonia e prestígio regional – Zimbábue, Ruanda, Uganda e Angola.

4. Estudo de caso: a exploração de coltan

O coltan (columbite-tantalite) é a denominação utilizada para o minério de tantalite não processado da RDC, nome que se popularizou por ser usado nesta região (NEST, 2011). Cabe ressaltar que até o fim da década de 1990, o coltan era conhecido somente por geólogos. Atualmente, é discutido na ONU, na mídia, além de sua exploração estar associada a diversas atrocidades como estupro em massa, trabalho escravo e tráfico de armas. Ganhou atenção de jornalistas, ativistas e cientistas sociais a partir de 2001 devido a divulgação de relatórios da ONU, que mostravam a sua ligação com a violência na RDC. O coltan era vendido para multinacionais⁴ e usado para a produção de aparelhos eletrônicos, como telefones celulares, laptops e iPods, depois revendidos para consumidores de todas partes do mundo. (DEIBERT, 2013; GEENEN, 2011; NEST, 2011).

Após o fim do colonialismo, a mineração no leste do país era focada na cassiterita, fonte de estanho. Até 1955, as operações eram controladas pela SOMINKI. Nessa época, o coltan era comercializado como um subproduto da cassiterita. No entanto, a queda do preço do estanho no mercado mundial resultou no fim gradual da mineração da cassiterita (ANISTIA INTERNACIONAL, AFR62/010/2003). Na década de 1990, surgiu uma demanda por produtos eletrônicos, que logo invadiram os mercados e se popularizaram. Diante do aumento de demanda e a possibilidade de não produzir quantidade suficiente de tântalo, a Cabotand A. C. Starck, maior processadora do minério no mundo, fez diversos acordos com os seus produtores, conseguindo o monopólio de grande parte da

⁴ Segundo NEST (2011), os grupos locais atuam na exploração de coltan através de roubo, controle da produção das minas, taxaço e comércio. O coltan passaria por diversos

produção nos anos 2000. O preço caiu quando os compradores se recusaram a pagar valores altos por um mineral que não estava em falta e que não seria vendido aos processadores, que tinham grande estoque do mesmo. A inundação do coltan do Congo contribuiu para a queda do preço (NEST, 2011). Vale ressaltar que não havia falta do minério, mas monopólio por parte da maior processadora, que controlava o seu comércio, visando maiores lucros.

A elevação dos preços do coltan ocorreu em dois períodos, 1980 e 2000, mas houve outros momentos de aumento da demanda: durante a Guerra da Coreia (1950-53), quando foram descobertas as aplicações militares do tântalo, quando EUA eram os maiores produtores; em 1960, quando foi iniciado seu uso nas indústrias química, eletrônica e aeroespacial. No período entre 1978-1980, houve tanto alta quanto queda dos preços, devido ao *boom* da indústria, aumento da reciclagem do tântalo e descoberta de novos depósitos. No ano 2000, houve forte aumento do preço devido a sua escassez. No entanto, o aumento teria ocorrido devido à especulação. Em 2001, começou a despertar atenção internacional, quando relatórios apontaram os enormes lucros obtidos pelos *warlords* e uma corrida para dentro da selva para explorar seus depósitos. Foram feitas ligações entre os altos preços com a demanda por aparelhos eletrônicos e o lucro obtido pelos grupos armados através da venda do coltan (NEST, 2011).

Existem poucos dados disponíveis sobre as reservas de coltan no Congo devido à falta de trabalhos exploratórios há, aproximadamente, duas décadas. Na década de 1990, a maioria das empresas de exploração do mineral se retiraram do país devido à violência e à instabilidade política (NEST, 2011), dificultando a obtenção de dados sobre a exploração

intermediários e seria vendido às multinacionais, misturando-se ao minério "limpo", explorado fora de áreas de conflito.

(ANISTIA INTERNACIONAL, AFR62/010/2003). As reservas de Brasil e Austrália são mais confiáveis, apesar das grandes expectativas relacionadas ao potencial da África Central e do Egito. Além disso, há a possibilidade da existência do recurso em outros países, como Cazaquistão, Etiópia, Namíbia, Rússia, Uganda e Zimbábue. Estima-se que grande parte da produção de coltan seja proveniente da RDC, derivando de regiões onde ocorrem guerrilhas, sendo conhecido como “tântalo de sangue”. A Etiópia seria o segundo maior produtor do continente. Cabe ressaltar a dificuldade da obtenção de dados sobre a exploração de coltan devido a diversos motivos, como a atividade artesanal e extração imediata, que não exigem o dimensionamento dos depósitos (NEST, 2011) e o comércio ilegal (KISANGANI, 2010). Ruanda também possui tantalite, embora em menores quantidades que a RDC. Isso faz com que o coltan congolês seja facilmente misturado ao ruandês, mas toda essa produção é tida como de Ruanda (NEST, 2011).

A exploração e o comércio de coltan são influenciados pela demanda mundial. Muitos congolezes com precária condição econômica devido ao conflito, se moveram para os depósitos de coltan, deixando a área após a queda dos preços. Os efeitos da “corrida ao coltan” podem ser percebidos por um longo período: controle por grupos armados; comunidades mineradoras em parques nacionais ou em locais que outrora as comunidades eram organizadas em função da agricultura; redes econômicas envolvendo civis, companhias privadas e forças militares. Segundo Nest (2011), “entender como esses atores nessas comunidades organizam a produção e comércio de coltan em condições de instabilidade política, violência e um Estado fraco é crítico para entender a política do coltan” (p. 32). Jackson (2003) acredita que, devido às condições do mercado global, a exploração de coltan teria começado mesmo sem a existência de conflito. Segundo Nest (2011), os grupos armados congolezes obtêm lucros com o coltan devido à facilidade de controlar a sua produção artesanal, usando violência e oportunidades de tributação devido às múltiplas trocas.

A produção artesanal ocorre, sobretudo, devido à fraqueza do Estado congolês, o país tem infraestrutura pobre, direitos de propriedade incertos, sistema judiciário corrupto, e insegurança devido à presença de milícias antigovernamentais e forças armadas corruptas. A produção artesanal é vulnerável à ação dos grupos armados, pois não necessita de gerenciamento de investimentos e equipamentos nem processos de produção sofisticados e o fator central para o uso da violência por grupos armados na extração artesanal de minérios é a fraqueza institucional (NEST, 2011).

Vale ressaltar que o comércio de minerais por atores não estatais é facilitado pela extração artesanal exigir baixo investimento de capital e mão-de-obra pouco especializada, além de ser facilmente movimentado. Durante a ocorrência de conflitos, a extração dos minérios é, ainda, facilitada por companhias privadas, pois seus lucros dependem da extração de recursos cujas reservas estariam localizadas em zonas de conflito. A mineração do coltan se liga aos conflitos congolezes de quatro formas: roubo, controle de produção das minas, taxaço/extorsão e comércio. Os grupos armados que se envolvem na produção e no comércio do minério, geralmente, participam de mais de uma destas estratégias. Durante o período em que forças ugandenses e ruandesas ocuparam o leste do Congo, a exportação ilegal de recursos naturais foi a maior fonte de financiamento para a região. Esses recursos eram enviados para redes controladas por militares e oficiais dos governos de Ruanda, Uganda e Zimbábue (NEST, 2011; ROSS, 2003).

A ocorrência de violência se dá com maior frequência ou intensidade nas proximidades das minas e nas rotas de comércio. Apesar de os grupos armados terem como objetivo o controle do comércio dos recursos naturais, há uma combinação de fatores que resultam na violência da região. Desde o ano 2000, a extração de coltan tem gerado grandes lucros para tais grupos; no entanto, seu impacto na dinâmica de violência na região tem sido exagerado, ou seja, o coltan

não é a maior nem mais importante causa da violência (NEST, 2011).

5. Considerações Finais

Durante a época colonial, os principais recursos congolese explorados foram borracha e marfim, a partir, sobretudo, de trabalho forçado da população local. Tortura, mutilações, sequestros eram práticas comuns e punição para cotas não cumpridas.

Esta dinâmica de abusos e trabalho forçado se perpetuou após o período colonial. Desta vez, porém, perpetrados, em grande medida, por grupos armados congolese, sobretudo na exploração de recursos minerais. Grande parte da exploração de minério foi utilizada para financiamento de conflitos, tanto pelo exército nacional congolês, quanto por grupos armados congolese e externos. Cabe salientar, que a exploração após o colonialismo não apresentou uma continuidade do período colonial. A pilhagem de recursos, durante a colonização, tinha como objetivo principal a obtenção de lucros pelos colonialistas. Já durante o período pós-independência, passa a visar a obtenção de divisas para a defesa do território, especialmente a exploração perpetrada por Angola e Zimbábue, enquanto a exploração de recursos minerais no leste congolês constitui uma "pilhagem pura", sobretudo, por Ruanda e Uganda, além dos diversos grupos armados presentes na região.

Esta pesquisa mostrou como as empresas ocidentais atuam nesta dinâmica de exploração do coltan, utilizado principalmente na indústria eletrônica. Tal pesquisa observou que em alguma medida o consumo de produtos eletrônicos destes países contribuem para a ocorrência dos conflitos

congolese, já que o coltan explorado, em grande parte, destina-se a este fim, em sua maioria no Ocidente, como a fabricação de telefones celulares e laptops.

A relação entre consumo no Ocidente e os conflitos na RDC, no entanto, não é tão direta. Apesar de os padrões de consumo indicarem falta de importância, para os consumidores, da origem dos componentes de um produto, muitas vezes, realmente não se tem o conhecimento de sua procedência. O coltan comercializado legalmente mistura-se facilmente ao ilegal, tornando impossível a sua distinção. No entanto, a produção ilegal diminuiu com a adoção de certificação semelhante ao Processo Kimberley⁵, que, contudo, não eliminou totalmente a extração e comércio ilegal de diamantes.

No caso do coltan, além de não existir um processo de certificação, facilitando o seu comércio ilegal, não há conhecimento da potencialidade real das reservas congolese. Vale enfatizar que tal desconhecimento ocorre devido ao fato do comércio ilegal, além dos diversos conflitos na região leste congolese, impossibilitar uma sondagem sobre as reservas do minério. Além disso, como apontado neste trabalho, a RDC sofreu pilhagem de seus diversos recursos naturais desde a época colonial, pelos europeus, e após a independência pelos congolese, por outros Estados africanos, além de atores não estatais. Portanto, as pesquisas para este trabalho não encontraram dados que comprovem que a certificação do coltan diminuirá a ocorrência de conflitos. Nem mesmo foram encontrados dados que afirmem que a exploração de recursos naturais é a única ou a maior causa dos conflitos, já que grande parte dos autores

⁵ Processo de certificação de diamantes extraídos fora de áreas de conflito, adotado após diversas manifestações e denúncias acerca do financiamento de conflitos pela extração deste minério, além de diversos abusos de direitos humanos.

utilizados na bibliografia deste trabalho aponta a governança como o maior problema congolês.

Além das considerações expostas, vale lembrar, que este trabalho busca mostrar o protagonismo africano, não

colocar o continente em posição de submissão, ou seja, apenas participando dos acontecimentos impostos por outras potências. Portanto, deve-se considerar as ações de grupos locais, mesmo que equivocadas, no processo de construção de sua história, que ainda está em sendo escrita.

BIBLIOGRAFIA

ABRAHAMSEN, Rita. *African studies and the postcolonial challenge*. *African Affairs*, Volume 102, Issue 417, p. 189-210. Disponível em: <http://afraf.oxfordjournals.org/content/102/407/189.abstract>. Acesso em: 07 JUN 2013.

ALAO, Abiodun. *Natural Resources and Conflict in Africa: the tragedy of endowment*. USA: University of Rochester Press, 2007.

ANISTIA INTERNACIONAL, *Democratic Republic of Congo, "Our Brothers Who Help Kill Us": economic exploitation and human rights abuses in the east*. Disponível em: <http://www.amnesty.org/en/library/info/afr62/010/2003>. Acesso em: 30 SET 2014.

AYOOB, Mohammed. *The Third World Security Predicament: state making, regional conflict, and the internacional system*. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1995.

BASAGLIA, Isabella. *The Contribution of Post-Colonial Theory to the Construction of Identity in International Relations*. *Cross-sections, The Bruce Hall Academic Journal*, vol VIII, 2012. Disponível em: http://eview.anu.edu.au/cross-sections/vol8/pdf_instructions.php, acesso em 07 de junho de 2013.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BURNLEY, Clementine. *Natural Resources Conflict in the Democratic Republic of the Congo: a question of governance?* *Sustainable Development Law & Policy*, Volume 12, Issue 1, Fall 2011: *Natural Resource Conflicts*. Disponível em: <http://digitalcommons.wcl.american.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1492&context=sdlp>. Acesso em: 15 OUT 2014.

DEIBERT, Michael. *The Republic Democratic of Congo: between hope and despair*. London and New York: Zed Books, 2013.

DÖPCKE, Wolfgang. *Há uma luz no coração das trevas? Guerra e paz no Congo*. *Boletim Meridiano* 47. Vol. 3, nº 19, Jan-Fev/2002, p. 16-28 Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4564>. Acesso em: 30 SET 2014.

GEENEN, Sara. *Local Livelihoods, Global Interests and the State in the Congolese Mining Sector*. In: ANSOMS, An; MARYSSE, Stefaan. *Natural Resources and Local Livelihoods in the Great Lakes Region of Africa: a political economy perspective*. New York: Palgrave MacMillan, 2011. p. 178-197

HELD, David; MACGREW, Anthony. *Prós e Contras da Globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

HOCHSCHILD, Adam. *O Fantasma do Rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 9-192.

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 10ª Ed.

JACKSON, Stephen. *Fortunes of war: the coltan trade in the Kivus*. *Background research for HPG Report 13, FEV/2003*. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/4a5b32c20.html>. Acesso em: 15 OUT 2014.

KISANGANI, Emizet François; BOBB, F. Scott. *Historical Dictionary of the Democratic Republic of the Congo*. Lanham, Toronto and Plymouth: The Scarecrow Press, 2010. 3ª Ed.

LE BILLON, Philippe. *Fuelling War: natural resource and armed conflict*. London and New York: Routledge, 2005.

LLOSA, Mario Vargas. *O Sonho do Celta*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 11-121.

MBEMBE, Achille. *Provisional Notes on the Postcolony*. *Journal of the International African Institute*, Vol. 62, No. 1, (1992), p. 3-37. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/1160062?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21105195618093>. Acesso em: 30 SET 2014.

NEST, Michael. *Coltan*. Cambridge and Malden: Polity Press, 2011.

ROSS, Michael. *Natural Resources and Civil War: An Overview*. UCLA Department of Political Science. AGO/2003. Disponível em: <http://www.sscnet.ucla.edu/polisci/faculty/ross/WBpaper.pdf>. Acesso em: 30 SET 2014.

SILVA, Igor Castellano. *Congo, a Guerra Mundial Africana: conflitos armados, construção do Estado e alternativas para a paz*. Porto Alegre: Leitura XXI, Cebrafrica, UFRGS, 2012.

STEARNS, Jason K. *Dancing in the Glory of Monsters: the collapse of the Congo and the great war of Africa*. New York: Perseus Books, 2011.

TURNER, Thomas. *The Congo Wars: conflict, myth and reality*. London and New York: Zed Books, 2007.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *História da África e dos Africanos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.